

**Investigativo e literário:
A relação dos gêneros jornalísticos em O Holocausto Brasileiro¹**

Larissa Julia PALUDO²

Maria Joana Chiodelli CHAISE³

Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS

RESUMO

Esta é uma pesquisa em andamento, que integra uma monografia de conclusão de curso com objetivo de compreender as relações entre jornalismo literário e jornalismo investigativo no livro *O Holocausto Brasileiro*. O estudo é justificado a partir das inquietações que cercam os gêneros jornalísticos e que são relevantes à produção de conhecimento científico e à didática da academia. A metodologia é descritiva-analítica qualitativa e utiliza classificações de autores como Melo (1994), Chaparro (2008), Assis (2010), Seixas (2017), Pena (2015), Fortes (2005), Sequeira (2005) entre outros.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo literário; jornalismo investigativo; *O Holocausto Brasileiro*; gêneros jornalísticos.

Introdução

O Holocausto Brasileiro (2013), da jornalista mineira Daniela Arbex, narra toda barbárie ocorrida no Hospital Colônia, em Barbacena, Minas Gerais. A instituição psiquiátrica funcionava como um depósito humano. Recebia todo tipo de pessoas, sendo que em 70% das entradas os pacientes não possuíam diagnóstico de doença mental (ARBEX apud BRUM, 2013, p. 14). O local foi palco de negligência, abusos, uso imoderado do eletrochoque, internações de minorias cujas identidades eram arrancadas e aproximadamente 60 mil mortes foram registradas nas dependências da instituição.

O conteúdo do livro é passível de questionamentos quanto a sua classificação em termos de gêneros jornalísticos. Ao mesmo tempo, as classificações de gênero e definições de jornalismo literário e investigativo causam dúvidas. Ora, gêneros pouco estudados, ora gêneros pauta de muitas discussões e divergências. Ainda, gêneros redundantes em termos de características. No embalo dessas inquietações, a pesquisa

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 15 a 17 de junho de 2017.

² Graduanda do Curso de Jornalismo da FAC-UPF, email: lariissapaludo@gmail.com.

³ Professora orientadora. Coordenadora e professora do curso de Jornalismo da Universidade de Passo Fundo. Mestre em Ciências da Comunicação pela UNISINOS, RS, email: mariajoana@upf.br.

tem como objetivo compreender as relações entre jornalismo literário e jornalismo investigativo no livro *O Holocausto Brasileiro*. A análise toma como norte a metodologia descritiva-analítica qualitativa. A elaboração da fundamentação teórica é construída a partir da teoria do *newsmaking*⁴, que parte de um princípio construtivista ao afirmar que as notícias informam e têm relação com a realidade, mas não constituem um jornalismo manipulador (PENA, 2015, p. 128). São utilizados, em conjunto, os conceitos de gêneros jornalísticos. Os autores que estruturam as classificações desta pesquisa são Pena (2015), Melo (1994), Fortes (2005), Seixas (2017), Chaparro (2008), e Sequeira (2005).

O Holocausto Brasileiro: a narrativa do livro

Sônia Maria da Costa era mais um nome entre os invisíveis. Como ou porque chegou ao mineiro Hospital Colônia, não se sabe. Teve sua data e local de nascimento inventados na ficha de paciente. Foi vítima de eletrochoque e agressões físicas. Respondeu aos maus tratos com violência e ficou trancada em uma pequena cela. As barbáries sofridas por Sônia são contadas na narrativa jornalística com aspectos literários pela jornalista Daniela Arbex (2013), no livro-reportagem *O Holocausto Brasileiro*, como quando era “deixada sem água, muitas vezes, ela bebia a própria urina para matar a sede. Tomava banho de mergulho na banheira com fezes, uma espécie de castigo imposto a pessoas que, como Sônia, não se enquadravam às regras” (ARBEX, 2013, p.51).

Antônio Gomes da Silva também nem sabe ao certo o porquê de ter ido parar em uma instituição psiquiátrica, no século XX. O alcoolismo o levou para caminhos de desemprego e em seguida para a prisão. Do cárcere, o delegado o mandou para o Colônia. No manicômio, ele foi batizado de Cabo e por muito tempo não abriu a boca para trocar uma prosa, já que ninguém nunca o perguntou se ele falava. Antônio, que durante muito tempo teve sua identidade e dignidade humana negada, era um dos tantos personagens anônimos que foram protagonistas de um dos maiores genocídios da história brasileira. Mas diferente de Cabo, que chegou em uma viatura policial, a maioria dos pacientes chegavam nos ditos “trens de loucos”. Essas pessoas vinham de diversos cantos do Brasil e tinham em comum, além do destino – a estação Bias Fortes,

⁴ A teoria do *newsmaking* desconstrói a ideia de um jornalismo manipulador, uma vez que existem normas técnicas que são priorizadas na hora da produção, deixando, muitas vezes, de lado as preferências ideológicas e culturais do profissional (TUCHMAN apud PENA, 2015, p. 129-130).

última parada da viagem – o futuro: virariam “deserdados sociais” (ARBEX, 2013, p. 26–33).

Esses pacientes que chegavam em trens, eram, muitas vezes, moradores de rua que não tinham nem nome, nem documento (Documentário O Holocausto Brasileiro, 2016). No documentário O Holocausto Brasileiro (2016), produzido pela HBO, uma das ex-funcionárias da instituição, Walkiria Monteiro, define a instituição como “depósito de pessoas”. Negligência e eletrochoque. Esse era o contexto do que acontecia nas dependências do Hospital Colônia, em Barbacena, no século XX. A instituição psiquiátrica mineira, que em sua época de maior lotação registrava 16 mortes diárias, se transformou em um comércio rentável de venda de cadáveres e ícone de violação dos direitos humanos no Brasil (ARBEX, 2013, p. 14-76). Mais de 2 mil cadáveres foram vendidos para 17 faculdades de medicina, de diversos estados brasileiros, entre o período de 1969 e 1980 (ARBEX, 2013, p. 76). No inverno, devido às más condições em que eram submetidos os pacientes, aumentava significativamente o número de mortos e, conseqüentemente, a oferta às instituições de ensino.

Quando o mercado de venda de cadáveres ficou saturado e as faculdades começaram a refugá-los, os corpos dos mortos “eram decompostos em ácidos, na frente dos pacientes, dentro de tonéis que ficavam no pátio do Colônia. O objetivo era que as ossadas pudessem, então, ser comercializadas” (ARBEX, 2013, p. 78). O comércio de corpos era apenas uma parte. As pessoas que para o Colônia eram levadas passavam fome, frio, constrangimento. Andavam peladas. Dormiam no chão ou em feno. Não recebiam visitas. Por fim, mais de 70% dos pacientes nem sequer era diagnosticado com distúrbio psicológico (ARBEX, 2013, p. 14).

Situar a leitura do texto a partir da apresentação do objeto de estudo foi uma alternativa da pesquisadora, a fim de partir para a leitura da fundamentação teórica após deixar claro o contexto em análise: o livro de Daniela Arbex (2013), O Holocausto Brasileiro, e sua complexa narrativa da realidade.

As discussões sobre gêneros jornalísticos

Muito anterior ao jornalista, a noção de classificar gêneros é originada na literatura. A primeira noção de separação de gêneros literários surgiu na Grécia Antiga com Platão. Logo em seguida, Aristóteles trouxe uma reflexão sobre a existência de gêneros (SEIXAS, 2017, p. 17). Já a primeira classificação jornalística veio com o

editor inglês Samuel Buckeley, quando separou as notícias dos comentários no jornal *Daily Courant* (PENA, 2015, p. 66).

No Brasil, emergiram as classificações que distinguem o informativo do opinativo no século XX (MELO, 2010). Classificar gêneros, de acordo com Melo (2006, p. 68), é criar identidades. Para ele, as identidades brasileiras são compostas a partir de influências estrangeiras. As primeiras influências foram europeias, porém foi dos norte-americanos a maior base jornalística utilizada no Brasil (MELO, 2006, p. 68). Apesar de, em 1985, ter estabelecido a divisão de gêneros entre opinativo e informativo, ao falar de identidade brasileira, Melo (2006, p. 69) afirmou que a fronteira bem estabelecida entre opinião e informação no jornalismo norte-americano nunca funcionou no nosso país.

A classificação de gêneros jornalísticos realizada por Melo, em 1985, se tornou a mais referenciada nos estudos de comunicação (SEIXAS, 2017, p. 69). Em um primeiro momento, Melo (1994, p. 65) dividiu o material jornalístico produzido no Brasil entre informativo e opinativo. Na época que realizou a pesquisa, o autor afirmava ver apenas os dois gêneros na prática jornalista que era realizada no Brasil. Porém, atualmente, ele reconhece a existência de cinco gêneros: informativo, opinativo, interpretativo, diversional e utilitário (MELO, 2012, p. 22).

A classificação informativo/opinativo vem com o questionamento: até que ponto é possível separar o que informa e o que opina? (MELO apud COSTA, 2010, p. 43). Chaparro (2008) também olha com criticidade para essa separação ao afirmar que a divisão de Melo não é aprofundada e torna a discussão e o ensino rasos.

Enquanto Melo, que buscou uma categorização mais didática, direcionou suas classificações para a intenção do conteúdo, Chaparro (apud ASSIS, 2017, p. 2) se deteve na estrutura narrativa do material e questiona a relação entre opinião e informação. Para ele, o comentário e o relato são os dois gêneros do discurso, “com Opinião e Informação e Informação e Opinião” (CHAPARRO, 2008, p. 161). Apesar do teórico ter abraçado a ideia de construção e excluir a divisão, ao separar o que relata e o que comenta o acontecimento, Chaparro acaba caindo no mesmo paradigma – que ele critica na categorização de Melo – das divergências entre o que informa e o que opina (MELO apud ASSIS, 2010, p. 46).

A onipotência do dueto informativo e opinativo vai, aos poucos, no século XX, dividindo espaço com outros gêneros que começam a surgir. A partir deste momento,

será abordado o contexto histórico em que nascem os gêneros complementares de Melo: o diversional e o interpretativo.

Jornalismo diversional: a sedução e a emoção

Na década de 1960, surge um movimento novo em termos de escrita jornalística. Eram textos que primavam pela qualidade da escrita e se utilizavam de artifícios literários. No Brasil, a revista Realidade, da Editora Abril, que possuía reportagens extensas e com alta tiragem, foi uma das pioneiras nessa prática (FARO apud ASSIS, 2010, p. 157).

Mais tarde, esse artifício seria nominado como gênero diversional nas tabelas de Melo. Dentro do gênero, foram então postas, por Melo (1994, p. 34), as categorias histórias de interesse humano e histórias coloridas. As histórias de interesse humano são caracterizadas, segundo o autor, como uma narrativa que prima pelos detalhes dos protagonistas envolvidos em determinado acontecimento.

Associado com o jornalismo literário, o gênero diversional, que apesar de manter a linha da informação, vai buscar, nos elementos da literatura, um acréscimo para atrair o leitor. Ele foi também relacionado ao *New Journalism*, ou jornalismo literário no Brasil (MELO apud ASSIS, 2010, p. 72). Entre esses recursos da literatura estão a riqueza dos detalhes, as descrições longas, uso de metáforas e imersão na história, bem como, a humanização do relato, a quebra de paradigma quando se fala em impessoalidade do jornalista com a fonte e a desconstrução do *lead*⁵ (NECCHI, 2017, p. 5).

Jornalismo literário

De um lado, o jornalismo e seu compromisso com a veracidade das informações. Por outro, a literatura e a sua maneira romaneada, senão elegante, de narrar desde poesias a cartas. Desta miscelânea, surge uma das fórmulas encontradas pelos jornalistas para prender seus leitores. As origens do denominado jornalismo literário não possuem consenso entre os autores que o estudam. Cita-se, desde a crise do papel (DINES, 1986, p. 76) até a censura nas páginas dos jornais que fez os profissionais buscarem, na literatura, uma alternativa para a publicação de seus conteúdos (COSSON,

⁵ Conhecida fórmula utilizada por jornalistas para elaboração de uma notícia. No *lead*, devem ser respondidas as seis perguntas (O que? Quem? Quando? Onde? Como e Por quê?) nos primeiros parágrafos.

2007, p. 89). Já em termos de conceituação, vai da significação de editores literários e cronistas até o *New Journalism* – que surgiu nas redações norte americanas no século XX – e os relatos, biografias e a ficção-jornalística (PENA, 2006, p. 21).

Gênero caracterizado em crônicas, e sobretudo, em livro-reportagem, Lima (1995, p. 16) assegura que o jornalismo literário desempenha um papel importantíssimo em preencher lacunas deixadas por outros veículos de comunicação, como jornais, revistas, emissoras de rádio e de televisão. “Mais do que isso, avança para o aprofundamento do conhecimento do nosso tempo, eliminando, parcialmente que seja, o aspecto efêmero da mensagem da atualidade praticada pelos canais cotidianos da informação jornalística” (LIMA, 1995, p. 16).

Justamente por encontrar espaço nos livros, os autores que possuem mais tempo para aprofundar seus conteúdos, se utilizam de recursos da literatura para seduzir leitores e são alvo de questionamento quanto à veracidade da história contada.

Jornalismo e literatura: o hibridismo

O jornalismo literário traz traços que questionam a concepção entre realidade e ficção. O híbrido entre os dois gêneros, busca um “interdiscurso” que contenha elementos provenientes de ambos, mas que sintetize para a autonomia como um terceiro gênero (BORGES, 2013, p. 309).

A literatura pode possuir uma pré-disposição para a utopia. Mas pensar que ela preocupa-se unicamente com o imaginário pode ser um equívoco. O livro *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha, e *Memórias do Cárcere* (1953), de Graciliano Ramos, são exemplos de narrativas que evitam o lúdico e buscam retratar coisas vividas por eles (BULHÕES, 2007, p. 20). Ainda, essa linha fica ainda mais tênue quando se observam movimentos da literatura brasileira, como o realismo e o naturalismo. Machado de Assis não fez apurações jornalísticas, entrevistas, decupagem e recriou um acontecimento, mas bebeu de fontes realistas e jogou com sentimentos demasiadamente humanos – ciúmes - ao escrever *Dom Casmurro*. Nesse sentido, Bulhões (2007, p. 21) ainda cita *Cem anos de Solidão*, de Gabriel García Márquez e *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo.

Já o jornalismo vem sempre acompanhado do “fardo” da verdade. Durante muito tempo se insistiu na concepção de que no jornalismo é possível transmitir acontecimentos com legitimidade (BULHÕES, 2007, p. 21-26). Enquanto o jornalismo se preocupa com a veracidade e precisa ser contemporâneo, a literatura pouco se detém

a isso, uma vez que “uma obra literária passa a existir para nós no momento em que realizamos a sua leitura, não importando, nesse sentido, se foi escrita no século XX ou no século XII” (BULHÕES, 2007, p. 18).

Por isso, o jornalismo literário acaba trazendo uma desconfiança, uma vez que une um elemento que deve se preocupar apenas com a veracidade dos fatos – jornalismo – com outro que se preocupa com a estética da escrita – literatura. Em razão das regras de objetividade, cujo jornalismo literário rompe, pode haver uma “distorção da missão jornalística” no texto “mais ou menos literalizado” (BORGES, 2013, p. 181). As descrições longas e uso de metáforas, entre outras características atribuídas ao jornalismo literário, trazem o questionamento da veracidade e do compromisso com a verossimilhança dos fatos em um formato híbrido de jornalismo e literatura (BORGES, 2013, p. 178-181).

Além da verossimilhança, uma reflexão travada no jornalismo há mais de dois mil anos, “é realmente possível refletir a realidade de maneira objetiva?” (KUNCZIK, 2002, p. 223), vem à tona quando o assunto é literatura e jornalismo. A concepção de objetividade, para a literatura, tem ligação forte com as “declarações jornalísticas e a realidade”, (KUNCZIK, 2002, p. 223). No jornalismo, porém, há um grande equívoco na elaboração do conceito. “A objetividade é definida em oposição à subjetividade, o que é um grande erro, uma vez que ela surge não para negá-la, mas sim para reconhecer a sua inevitabilidade” (PENA, 2015, p. 50).

Uma categoria em constante metamorfose, oriundo dos elementos característicos da literatura e do jornalismo, o jornalismo literário é definido “como a linguagem musical de transformação expressiva e informacional” (PENA, 2006, p. 21). Essa linguagem musical de Pena, não deve deixar de significar, para Necchi (2017, p. 11), o essencial: jornalismo. A matéria-prima, ou seja, o primordial é a realidade, e as características literárias de escrita são acrescentadas apenas na maneira em que se conta o fato (NECCHI, 2017, p. 11).

Tendo como principal o jornalismo e a escrita literária como fator de verossimilhança, o jornalismo literário, de acordo com Borges (2013, p. 196), que tem inerente, em si, as características do jornalismo convencional, deve sempre ir adiante, desbravar campos e se singularizar da literatura por ser mais do que apenas um discurso retórico (BORGES, 2013, p. 196).

Essa arte de expressar-se bem, oriunda da literatura, citada por Borges (2013, p. 196), é vista, por Necchi (2016, p. 5), no jornalismo literário, como um fragmento que não deve ser utilizado como objeto.

Mais do que uma escrita que flerta com técnicas típicas do labor literário e se propõe a instigar, seduzir, provocar sensações e despertar o interesse do leitor, o chamado jornalismo literário foge de olhares pré-formatados e rende textos – sejam reportagens ou perfis – que surpreendem a partir de uma pauta que rompe com visões óbvias ou hegemônicas sobre a realidade. Os autores, na hora de contar histórias não-ficcionais, principalmente nas páginas de revistas, valem-se de recursos típicos da literatura (NECCHI, 2016, p. 5).

O jornalismo literário, apesar de beber de fontes de outros gêneros, pode ser considerado autônomo (BORGES, 2013, p. 187). Melo (2010, p. 23) compreende, por fim, que as utilizações de elementos da literatura trazem “inquietação, desalento e incerteza sobre o futuro da profissão”.

Contextualizado acerca do contexto de surgimento do gênero, caracterizado o movimento, discutidas as divergências de conceituação pelos autores, o próximo passo é entender a conceituação de jornalismo literário. A classificação de Pena (2005), com a Estrela de Sete Pontas, servirá como categoria de análise posteriormente.

Conceituação do jornalismo literário

Para Pena (2005, p. 13-15), o jornalismo literário é como uma estrela de sete pontas, que funciona quando todas as características estão presentes. A primeira ponta da estrela é potencializar o conhecimento absorvido no jornal diário. Aqui estão a checagem de informação, apuração exaustiva, abordagem ética e a observação atenta. A próxima ponta se encarrega de ultrapassar os limites do acontecimento cotidiano, ou do factual. Aqui o repórter não tem mais *deadline*⁶ de entregar o material no fechamento da edição. Não tem periodicidade e atualidade. A terceira característica é buscar e proporcionar ao leitor uma ampla visão da realidade. “A preocupação do Jornalismo Literário, então, é contextualizar a informação de forma mais abrangente possível” (PENA, 2005, p. 14). A quarta ponta da estrela tem a ver com o compromisso social do jornalismo: exercer a cidadania. A pauta deve ser relevante a ponto de contribuir para a sociedade e para a formação do cidadão. Sem fórmula pronta, a quinta característica do

⁶ Termo inglês que remete ao tempo estimado para a entrega do material jornalístico ao editor-chefe, ou a pessoa responsável para o fechamento da edição.

gênero é quebrar com o *lead*. Aqui, não há uma maneira indicada de iniciar o texto, uma vez que com o aprofundamento e uma abordagem mais complexa, as seis questões básicas das notícias se transformam em muito mais perguntas a serem respondidas ao longo do texto. Em sexto, se evita os “definidores primários”, ou seja, aquelas fontes oficiais (que exercem algum cargo público ou especialistas como professores universitários, advogados, psicólogos, economistas e por aí vai) que sempre dão entrevistas e complementam as notícias de jornais. Neste aspecto, o jornalismo literário se preocupa muito mais com as histórias impressionantes de pessoas “comuns”, pessoas da vida real. As lacunas, as intempéries da vida, os anônimos. Por último, a última das sete pontas é a perenidade. O livro deve permanecer por gerações, influenciando e servindo de aprendizado no contexto social daquele local (PENA, 2005, p. 13-15).

Após realizada a situação sobre o jornalismo literário, o próximo capítulo se debruça sobre o jornalismo interpretativo ou investigativo. Serão abordadas as concepções, paradigmas e os questionamentos relativos a prática da investigação para entender a classificação do gênero.

Jornalismo interpretativo, analítico

O jornalismo interpretativo nasce a partir da criação do Centro de Pesquisa e Documentação do Jornal do Brasil. Esse fato culmina com a quebra de monopólio dos veículos impressos. Com a chegada do rádio e, principalmente, da televisão, dois fatores exclusivos dos jornais foram desmantelados: o furo (informação dada em primeira mão) e a edição extra (aquela que trazia fatos extraordinários que pudessem justificar sua edição) (ERBOLATO, 1991, p. 27). Acontece o que Dines (1986, p. 76) chama de crise do jornal, que não o extingue, mas o transforma. Dessa transformação, ou desse renascimento do impresso, surge um jornalismo interpretativo, analítico (COSTA, LUCHT, 2010, p. 109).

Dois autores pioneiros em observar o jornalismo interpretativo no Brasil foram Medina e Leandro. Os pesquisadores ligam o jornalismo interpretativo com o conceito de interpretação baseado na filosofia e na psicanálise. A problemática que eles colocam gira em torno da questão que diferencia o que é interpretar e o que é opinar. Por fim, os autores não o caracterizam como um gênero, mas como uma “fase modernamente interpretativa” que faz um esforço para determinar o sentido de um acontecimento (COSTA, LUCHT, 2010, p. 110).

Outro autor a estudar o interpretativo é Beltrão, em 1976. Ele traz duas concepções acerca do assunto. A primeira entende a interpretação como algo do ofício, inerente à profissão, que consiste em selecionar o que vai ou não virar notícia. Em seguida, Beltrão começa a questionar os limites entre opinar e interpretar e chega a sua segunda concepção: o formato do gênero interpretativo é a reportagem em profundidade.

Em seguida, Melo (apud COSTA, 2010, p. 66), que em um primeiro momento negou qualquer gênero que não o opinativo e o informativo, cedeu e acrescentou o interpretativo na sua grade de classificações. Dentro do gênero interpretativo, Melo acrescenta os formatos: dossiê, perfil, enquete e cronologia. Esse gênero, de interpretação, vem associado à reportagem. Em termos de características, o jornalismo investigativo é relacionado ao investigativo e a prática da investigação

Jornalismo investigativo

O ano era 1972. Os jornalistas Carl Bernstein e Bob Woodward, do jornal The Washington Post, começavam uma reportagem que deixaria seus nomes para a história do jornalismo investigativo. Em 17 de junho daquele ano, cinco homens são presos ao tentar grampear telefones em um dos escritórios do Watergate. O detalhe crucial: no local ficava o Comitê Nacional Democrata. Bernstein e Woodward despertam suas atenções para a invasão e a primeira reportagem assinada sobre o caso sai em 19 de junho de 1972. A investigação dos dois jornalistas continua, com o auxílio de uma fonte, que mais tarde descobriu-se ser um agente do alto escalão do FBI – uma unidade de polícia norte-americana (THE WASHINGTON POST, 2017). A partir daí os jornalistas começam um amplo trabalho de investigação jornalística e descobrem os desdobramentos, como o fato de um dos invasores estar na folha de pagamento do comitê de reeleição de Nixon⁷. O esforço dos repórteres só teve efeito dois anos mais tarde, já que em outubro de 1972 Richard Nixon conseguiu sua reeleição. As investigações do governo continuaram solicitando as fitas à Casa Branca e em 8 de agosto 1974, por pressão popular e correndo risco de sofrer impeachment, Nixon se torna o primeiro presidente a renunciar do cargo.

O caso Watergate é lembrado por diversos autores como um dos precursores, ao se falar de jornalismo investigativo. Downie Jr (2017), que foi jornalista do The

⁷ Presidente dos Estados Unidos na época, Nixon concorria, pelo Partido Republicano, à reeleição em 1972.

Washington Post, afirma que o caso não foi o primeiro de jornalismo investigativo na América, mas que é um marco do jornalismo.

For journalism, their Watergate stories and “All the President’s Men” (the book and the movie) have had an enduring impact. Inspired by Watergate, generations of young journalists have entered the profession to become investigative reporters. Newspapers and television networks and stations formed investigative teams and showcased their work. National magazines published long investigative pieces. Led by “60 Minutes,” television news magazines featuring investigative reporting proliferated for years (DOWNIE JR, 2017).

No Brasil, o jornalismo investigativo começou algumas décadas mais tarde, após o fim da ditadura militar (1964-1985), quando a censura acabou (FORTES, 2005, p. 9). De acordo com Fortes (2005, p. 9), foi com a volta da democracia que os jornalistas passaram a ter mais espaço e realizarem melhores buscas pela notícia. Outro marco importante para o gênero no Brasil foi a criação da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, a Abraji, em 2002, uma vez que a instituição de jornalistas é desvinculada do campo empresarial da comunicação e não representa interesses privados (FORTES, 2005, p. 9).

Logo após o surgimento do modelo de jornalismo no Brasil, surge a necessidade de ser estudado, analisado e entendido por intelectuais e pesquisadores. Sequeira (2005, p. 16-19) aponta que, se não fosse Dines e Lage, que voltaram os estudos para o jornalismo investigativo em suas pesquisas, o gênero cairia no esquecimento, uma vez que Melo, de antemão nega o investigativo. O autor vai reconhecê-lo como gênero mais tarde e o classificará como interpretativo. Parte da negação do gênero é fundamentada a partir da questão de que todo jornalismo não se vale da investigação.

Todo jornalismo é investigativo?

É na linha de pensamento de Melo que pode ter surgido a ideia de que jornalismo investigativo é um termo redundante. Sequeira (2005, p. 15), traz o questionamento de que se todo o jornalismo – que não aquele que se utiliza de releases e materiais prontos de assessorias de imprensa – não é um jornalismo de investigação. Questão essa que é logo desconstruída. Compreender o jornalismo investigativo implica em “libertar-se da concepção simplista, embora essencialmente verdadeira, de que todo jornalismo é investigativo” (FORTES, 2008, p.8).

Nascimento e Dines vão por outro caminho em afirmar que essa é uma concepção essencialmente verdadeira. Para Dines (1986, p. 91), essa afirmação é leviana uma vez que nem tudo que é publicado em um jornal é oriundo de investigação jornalística. Uma prática se disseminou com intensidade pelas redações de todo Brasil é utilizar releases e outros materiais prontos como ‘notas oficiais’ e não ir atrás de outros pontos de vista, por exemplo. “O repórter e todo o processo jornalístico acomodaram-se e deixaram de investigar. O jornalismo brasileiro como alternativa passou a viver de eventos e levantamentos” (DINES, 1986, p. 91).

Nascimento (2010, p. 8), traz um exemplo prático que descontrói a ideia de que todo jornalismo é investigativo: uma coletiva com o ministro da Agricultura, às 18h, para tratar da expectativa da safra de determinado grão. Se o repórter ficar 30 minutos na entrevista e for redigir o texto para que ele saia no outro dia, ele terá pouco tempo para escrever a matéria. Logo, ele fará o texto com as informações extraídas da coletiva com o ministro e não terá, ao seu alcance, tempo para ligar para especialistas, fazer pesquisas, comparar dados e estatísticas. Isso não será jornalismo investigativo, pois “redigir o texto não é investigação”, (NASCIMENTO, 2010, p. 8). Se essa não é uma verdade absoluta, então o leitor deve estar se perguntando o que é de fato um jornalismo de investigação. A questão será abordada em seguida.

O que é jornalismo investigativo?

Do caso Watergate, passando pelas Diretas Já no Brasil até os dias atuais, esse jornalismo que, de acordo com alguns autores, nasceu da necessidade da prática democrática, hoje agrega um status, uma vez que há uma busca do jornalista por inserir, no seu material, o “o selo dourado do jornalismo investigativo” (FORTES, 2005, p. 15).

Dines (1986, p. 92) entende que jornalismo investigativo não se limita a um jornalismo de escândalos. O investigativo “relaciona-se com o jornalismo interpretativo ou analítico, pois, ao inquirir sobre as causas e origens dos fatos, busca também a ligação entre eles e oferece explicação da sua ocorrência” (DINES, 1986, p. 92).

Em termos de conceituação, Nascimento (2010, p. 10), traz o manual de reportagem manual de reportagem da *Investigative Reporters and Editors* (IRE)⁸, que reúne as características de um material oriundo de jornalismo investigativo, que são: 1) A investigação deve ter sido feita pelo repórter e não ser uma reportagem sobre uma

⁸ Entidade com mais de três mil jornalistas norte-americanos filiados.

investigação feita por terceiros; 2) A pauta da reportagem deve ser de relevância para quem for consumir o conteúdo; 3) O enfoque da reportagem deve ser algo que está sendo mascarado ou escondido da sociedade em geral.

O elemento ‘algo esteja sendo escondido’ aparece também na conceituação de Sequeira (2005, p. 62). A autora defende que estatísticas, gráficos, cifras, documentos, declarações e porcentagens econômicas não caracterizam o material como jornalismo investigativo. O motivo é que esses dados podem ter sido obtidos de uma fonte oficial ou de um *release*⁹. Nesse ponto, Sequeira encontra a principal dissonância entre interpretativo e investigativo. A disparidade entre os dois não está na forma de narrativa ou como se apresenta o material, mas na maneira de produzi-lo, nas técnicas de apuração e estratégias de entrevista. Em outras palavras, “é o trabalho do repórter que diferencia a reportagem investigativa dos outros tipos de reportagem” (SOUZA apud SEQUEIRA, 2005, p. 63).

Fortes (2005, p. 30) tece o “passo a passo” de como deve ser este trabalho, em que são necessários: 1) A pesquisa minuciosa; 2) Paciência e concentração; 3) Insistência e perseverança; 4) Curiosidade e desconfiança; 5) Discrição do jornalista; 6) Libertação dos preconceitos; 7) Frieza, objetividade e precisão; (FORTES, 2005, p. 30-36).

Além de Fortes, Sequeira (2005, p. 183) foi buscar, no conhecimento empírico, as setes fases que caracterizam um trabalho de jornalismo investigativo. Levando em consideração que cada reportagem é diferente e cada jornalista tem seus métodos, as fases são: 1) Buscar um novo assunto; 2) Estudar a viabilidade da pauta; 3) Imergir no assunto abordado; 4) Criar um projeto e plano de trabalho; 5) Apurar e cruzar informações (dados, entrevistas, pesquisas); 6) Redigir o texto; 7) Editar e publicar a reportagem.

Considerações finais

Os fragmentos do livro serão estruturados nas categorias de análise, que será o próximo passo desta pesquisa. Até o momento, a alternativa de investigação é cruzar elementos da conceituação proposta por Pena (2005) para o jornalismo literário, e por Fortes (2005) e Sequeira (2005) para o jornalismo investigativo, buscando compreender quais os elementos que mais se destacam e/ou de que forma mais efetiva aparecem no

⁹ Material informativo distribuído por assessorias de comunicação a veículos da imprensa.

texto de Arbex (2013), assim como representaram melhor as opções de narração da autora. A conclusão do estudo só será possível quando a análise estiver feita.

REFERÊNCIAS

- ARBEX, D. **O Holocausto Brasileiro**. São Paulo. Geração Editorial. 2013.
- ASSIS, F.; LAURINDO, R.; MELO, J. M. **Gêneros Jornalísticos: teoria e práxis**. Blumenau. Edifurb. 2012.
- ASSIS, F. **Gênero Diversional**. In: ASSIS, F.; MELO, J.M. **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo. Universidade Metodista de São Paulo. 2010.
- ASSIS, F. **Fundamentos para a compreensão dos gêneros jornalísticos**. 2010. Disponível em: <http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/Alceu21_2.pdf>. Acesso em: 16/03/2017.
- COSSON, R. **Fronteiras Contaminadas: literatura como jornalismo e jornalismo como literatura no Brasil dos anos 1970**. Brasília. Editora Universidade de Brasília. 2007.
- COSTA, L. A. **Gêneros jornalísticos**. In: ASSIS, F.; MELO, J. M. **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo. Universidade Metodista de São Paulo. 2010.
- COSTA, L.; LUCHT, J. M. P. **Gênero Interpretativo**. In: ASSIS, F.; MELO, J. M. **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo. Universidade Metodista de São Paulo. 2010.
- CHAPARRO, M. C. **Sotaques d'aquém e d'além mar**. São Paulo. Summus. 2008.
- DINES, A. **O papel do jornal: uma releitura**. São Paulo. Summus. 1986.
- DOWNIE JR, L. **Forty years after Watergate, investigative journalism is at risk**. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/opinions/forty-years-after-watergate-investigative-journalism-is-at-risk/2012/06/07/gJQArTzLV_story.html?utm_term=.bdd4eb6da9d4>. Acesso em: 29/03/2017.
- ERBOLATO, M. **Técnicas de codificação em jornalismo: redação, captação e edição no jornal diário**. São Paulo. Ática S.A. 1991.
- FORTES, L. **Jornalismo investigativo**. São Paulo. Contexto. 2005.
- HOLOCAUSTO Brasileiro**, O. Direção: Arbex, D. Mendz, Armando. Produção: HBO. Brasil. 2016.
- KUNCZIK, M. **Conceitos de jornalismo: norte e sul**. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. 2002.
- LIMA, E. P. **Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. Campinas. Editora da UNICAMP. 1995.

MELO, J. M. **Gêneros jornalísticos**: conhecimento brasileiro. In: ASSIS, F.; MELO, J. M. *Gêneros jornalísticos no Brasil*. São Bernardo do Campo. Universidade Metodista de São Paulo. 2010.

MELO, J. M. **Teoria do jornalismo**: identidades brasileiras. São Paulo. Paulus. 2006.

MELO, J. M. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis. Vozes. 1994.

NASCIMENTO, S. **Os novos escribas**: o fenômeno do jornalismo de investigação no Brasil. Porto Alegre. Arquipélago Editorial Ltda. 2010.

NECCHI, V. **A (im)pertinência da denominação “jornalismo literário”**. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0527-1.pdf>>. Acesso em: 14/03/2017. PENA, F. *Teoria do Jornalismo*. São Paulo. Contexto. 2015.

PENA, F. **Jornalismo Literário**. São Paulo. Contexto. 2006.

SEIXAS, L. **Redefinindo os gêneros jornalísticos**: proposta de novos critérios de classificação. Covilhã. LabCom Books. 2009. Disponível em: <http://www.labcomifp.ubi.pt/ficheiros/20110818-seixas_classificacao_2009.pdf>. Acesso em: 26/03/2017.

SEQUEIRA, C. M. **Jornalismo investigativo**: o fato por trás da notícia. São Paulo. Summus. 2005.

WASHINGTON POST, The. **Watergate**. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/politics/watergate/>>. Acesso em: 29/03/2017.